

“PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES MEC/UFSCAR”: UMA ANÁLISE DO PROVIMENTO DE CARGOS DE DIRETORES E AS PRÁTICAS PATRIMONIALISTAS NOS PÓLOS DE CAMPO LIMPO PAULISTA E OURINHOS

Renata Serafim Bernardi
Universidade Federal de São Carlos
renataserafim00@gmail.com
CNPq

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de provimento de cargos públicos de diretores formados no curso de especialização “Escola de Gestores MEC-UFSCar”, a fim de estabelecer se pertencem aos tipos ideais criados por Weber, tendo o padrão legal-burocrático em um extremo e o tradicional-patrimonial em outro. A análise realizada a partir das fichas de inscrição desses alunos mostra que das 74 unidades escolares analisadas 38% são dirigidas por gestores concursados, 20% por gestores comissionados e 42% das fichas têm preenchimento confuso; resultados esses que mostram que ainda que na minoria dos casos a prática patrimonialista ainda está arraigada nas instituições sociais.

Palavras-chave: práticas patrimonialistas; gestão democrática; Escola de Gestores

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho é resultado dos estudos desenvolvidos na primeira etapa do meu projeto de mestrado financiado pelo CNPq (2010-2012) em andamento pelo PPGE-UFSCar. O objetivo deste projeto é a averiguação da forma de provimento dos cargos públicos dos diretores educacionais municipais do ensino básico do Estado de São Paulo participantes do Programa Escola de Gestores MEC/UFSCar, a fim de analisar se ocorre segundo um padrão legal racional burocrático ou se ocorre a partir de um padrão tradicional patrimonial. O projeto de mestrado propõe estudar os 10 pólos participantes do Programa Escola de Gestores MEC-UFSCar, porém neste trabalho será apresentado apenas o estudo de dois pólos: Campo Limpo Paulista e Ourinhos, totalizando 74 gestores.

Com base nos dados obtidos nessa pesquisa pretende-se constatar o grau de institucionalização e profissionalização do sistema municipal de ensino dessas cidades paulistas participantes do curso de especialização, a partir da municipalização do ensino no Estado de São Paulo (1996) quando a educação básica deixa de ser encargo do Estado e passa a ser dos municípios.

A coleta de dados e a análise até aqui realizadas ocorreram pelas fichas de inscrição dos alunos matriculados e concluintes do curso de especialização cedidas gentilmente pela Secretaria Escola de Gestores MEC/UFSCar. Além da coleta de dados, os sistemas municipais de ensino dos municípios participantes foram caracterizados a partir de alguns índices, como por exemplo, o Ideb.

ESCOLA DE GESTORES MEC-UFSCAR

O “Programa Escola de Gestores MEC-UFSCar” é um curso de especialização voltado para os gestores educacionais da educação básica de municípios paulistas e está inserido dentro de um programa maior: “Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública” que faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse programa tem como objetivo qualificar os gestores das escolas da educação básica pública pautado nos princípios da gestão democrática: inclusão social e emancipação humana. Esse curso é oferecido na modalidade à distância e é promovido por algumas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em parceria com o MEC. As IFES têm autonomia, desde que os candidatos preencham os pré-requisitos mínimos, de realizar o processo seletivo do curso a partir de uma pré-seleção realizada por cada sistema de ensino que se candidate a participar do curso.

Por meio deste plano, o MEC visa à melhoria dos índices educacionais das escolas e dos municípios participantes desse programa, o qual forma, em 400 horas, gestores educacionais efetivos e em exercício nas escolas públicas da educação básica em nível de especialização *lato sensu* e colabora com a qualificação do gestor no que se refere à gestão democrática e a concretização do direito à educação escolar com qualidade social.

O programa possibilita aos gestores das redes públicas municipais de ensino acesso ao conhecimento produzido nas universidades públicas e cria condições para ampliar a democratização dos sistemas de educação municipais por meio de colaboração entre os municípios e as universidades públicas com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino.

O Programa Escola de Gestores MEC-UFSCar finalizou sua primeira turma (2008-2009) capacitando 281 gestores paulistas abrangendo um total de 98 municípios concluintes do curso distribuídos em 10 pólos diferentes pelo estado de São Paulo (Barretos, Campo Limpo Paulista, Guarulhos, Ilha Comprida, Ourinhos, Presidente Prudente, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba e Votuporanga). Os alunos formados no curso, além de terem frequência e nota mínimas, entregaram no final do curso uma monografia contemplando um processo de intervenção elaborado por cada um dos alunos e aplicado em sua escola.

METODOLOGIA

O início da pesquisa ocorreu pelo estudo do material bibliográfico que subsidiou a abordagem teórica e que será utilizada para análise dos dados, sendo os estudos de Max Weber o eixo central dessa discussão, principalmente no que se refere aos tipos de dominação, legitimidade, as formas de organização, o desenvolvimento dos quadros administrativos e os conceitos de patrimonialismo e organização burocrática. Num segundo momento foi realizada a coleta de dados dos municípios dos pólos de Ourinhos e Campo Limpo Paulista feita a partir do levantamento das fichas de inscrição dos gestores formados no curso de especialização, com a finalidade de analisar as características locais a partir dos tipos ideais criados por Weber: legal-burocrático em um extremo e o tradicional-patrimonial em outro; todas as fichas foram analisadas com o intuito de compreender se os alunos têm o cargo ou a função de diretor escolar.

Após essa análise foram coletados índices que caracterizem as cidades participantes do “Escola de Gestores”, de forma a garantir uma melhor análise: Ideb, IDH-M, população, quantidade de escolas públicas e total de estudantes de cada município.

Segue abaixo uma breve discussão sobre a estrutura administrativa a partir dos tipos ideais criados por Weber, para assim podermos definir e averiguar a forma de provimento dos cargos públicos dos gestores educacionais das Secretarias Municipais estudadas nesse trabalho com o objetivo de estabelecer se obedecem a uma dominação legal racional burocrática (organização impessoal e racional) ou se correspondem a uma dominação tradicional patrimonialista (organização pessoal e afetiva). Importante ressaltar que o tipo ideal é um instrumento de análise científica criado por Weber que tem como objetivo interpretar as categorias de análise estabelecidas, sendo que na realidade os tipos ideais não existem e são apenas um instrumento de medição.

Para entender a estrutura administrativa dos municípios, é necessário compreender a dominação. Segundo Weber (1992, p. 170), dominação é “*a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (o para toda classe de mandatos)*”. Dessa forma, a dominação não está relacionada ao exercício do “poder” sobre outros homens e sim à autoridade e para se estabelecer uma relação autêntica de autoridade é indispensável que haja interesse (tanto interno quanto externo) em obedecer.

A dominação geralmente determina um quadro administrativo que faz com que os membros deste quadro mantenham uma relação de obediência para com seu senhor que se estabelece a partir de fatores relacionados com a obediência (costume, interesses materiais ou motivos ideais). A relação estabelecida entre o imperante e os demais funcionários no quadro administrativo, no que se refere aos motivos materiais e racionais, ocorrem numa relação relativamente frágil enquanto que os motivos afetivos ou racionais (baseados em valores) podem, em alguns casos, se tornarem decisivos. O costume junto aos interesses materiais -e utilitários- é o motivo que predomina no cotidiano.

É a partir destes fatores que se pode determinar o tipo e a natureza da dominação, porém as dominações não se limitam a estes fatores, pois seu grande objetivo é a busca pela sua própria legitimidade. De acordo com a natureza da legitimidade buscada haverá tipos diferentes de obediência, do quadro administrativo e do caráter do exercício de dominação, de forma a garantir sua legitimidade tornando-a assim uma ferramenta de dominação e seus efeitos. É então necessário distinguir as classes de dominação a partir de suas pretensões típicas de legitimidade.

A legitimidade de uma dominação, segundo Weber (1992), tem uma importância simplesmente “ideal” então não se pode denominar toda “pretensão”, convencional ou puramente garantida, de relação de dominação, pois podem ser feitos acordos e contratos formalmente livres. Weber destaca que a legitimidade pode ser diferenciada em três tipos puros de dominação: racional, tradicional e carismática.

A *dominação racional* está pautada na legalidade das ordens estatuídas e nos direitos de mando dos chamados por estas ordenações a exercerem a autoridade que é legal. Este tipo

puro de dominação tem como ferramenta administrativa a burocracia, então a obediência neste caso se dá pelas ordenações impessoais e objetivas legalmente estatuídas. Dentre outras características da *dominação racional*, pode também destacar que as regras a serem procedidas são de ordem técnicas ou são normas, o que implica numa formação profissional que visa à racionalidade, garantindo assim que o quadro administrativo de uma *associação* seja formado por profissionais qualificados, com salários fixos, com carreira e perspectiva de ascensão e funcionários independentes, ligados por normas específicas e submetidos a uma rigorosa disciplina. A *associação* é regida por princípios voltados para a separação total dos quadros administrativos dos meios de administração e produção, o que se faz referência a uma separação completa entre patrimônio privado e a *associação*, não havendo assim uma apropriação dos cargos por quem os exerce. Essa administração burocrática - mais racional do ponto de vista técnico-formal - é uma semente do Estado moderno ocidental. (WEBER, 1992)

A *dominação burocrática* é a tendência de equilibrar os interesses de uma possibilidade universal de recrutar os mais qualificados profissionais, tendência a uma plutocratização quanto ao interesse de uma formação profissional que tenha durado o maior tempo possível, e a dominação da impessoalidade formalista (WEBER, 1992).

A *dominação tradicional*, de acordo com Weber (1992) está baseada na crença cotidiana das tradições de forma a exercer a autoridade que é tradicional e, nesse caso, a obediência ocorre à pessoa do senhor que está vinculada à tradição, isto é, a legitimidade está pautada na santidade das ordenações e poderes de mando herdados de tempos distantes.

Neste caso, o quadro administrativo é formado por servidores - os quais estão ligados por um vínculo de fidelidade e afetividade pessoal do servidor para com o senhor – e a obediência está à mercê da tradição fundamentada na fidelidade, mostrando que não ocorre por disposições estatuídas e uma das grandes características é a presença de relações pessoais de confiança e da burocracia patrimonial. Pode-se então observar que nessa dominação não há necessidade de profissionais especializados e há forte presença da dominação patrimonial que é exercida em prol de um direito próprio e não é racionalizada, se distinguindo assim de todas as formas de dominação racional. No patrimonialismo puro há uma nítida e rígida separação entre os administradores e os meios administrativos (WEBER, 1992).

A *dominação carismática* está baseada no heroísmo, na santidade ou no exemplo de uma pessoa e em suas ordenações. Na autoridade carismática a obediência ocorre à figura carismática provinda de razões de confiança pessoal num espaço no qual seu carisma tenha validade.

ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos objetivos inicialmente propostos, apresentaremos abaixo tabelas que caracterizem os pólos estudados neste trabalho a partir de seus municípios contendo seus Ideb (*Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* - que tem como finalidade medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino), o IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*) dos

municípios, a estimativa da população, a quantidade de escolas (municipais, estaduais e federais) e o número total de estudantes de cada cidade. Após esta apresentação discutiremos os dados coletados, os quais foram obtidos a partir da análise das fichas de inscrição dos alunos concluintes do curso “Escola de Gestores MEC-UFSCar”.

Pólo de Campo Limpo Paulista

	IDEB DO MUNICÍPIO	IDHM <i>(fonte: PNUD 2000)</i>	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO (HABITANTES)	Nº DE ESCOLAS	Nº DE PROFESSORES
1- Araçariçuama	4,2	0.77	12.291	15 Municipais e 1 Estadual (total de 5.070 estudantes)	1.001
2- Bertioga	4,4	0.792	39.091	21 Municipais e 8 Estaduais (total de 13.536 estudantes)	2.122
3- Cabreúva	4,8	0.774	38.898	18 Municipais e 6 Estaduais (total de 11.228 estudantes)	1.681
4- Campo Limpo Paulista	4,9	0.805	69.810	27 Municipais e 7 Estaduais (total de 17.064 estudantes)	3.440
5- Itapeva	4,6	0.745	85.537	54 Municipais e 12 Estaduais (total de 25.142 estudantes)	4.650
6- Joanópolis	5,5	0.766	10.671	10 Municipais e 1 Estadual (total de 2.521 estudantes)	466
7- Pedra Bela	5,4	0.733	5.835	11 Municipais e 1 Estadual (total de 1.385 estudantes)	416

8- Socorro	5,2	0.812	33.080	28 Municipais e 6 Estaduais (total de 7.134 estudantes)	1.436
9- Taboão da Serra	4,9	0.809	219.200	47 Municipais e 28 Estaduais (total de 63.924 estudantes)	9.538

Tabela 1: Caracterização dos sistemas de ensino e gestão do pólo de Campo Limpo Paulista

Pólo de Ourinhos

	IDEB DO MUNICÍPIO (2007)	IDHM (fonte: PNUD 2000)	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO (HABITANTES)	Nº DE ESCOLAS	Nº DE PROFESSORES
1- Cândido Mota	5	0.79	29.572	4 Municipais e 8 Estaduais (total de 7.035 estudantes)	1.400
2-Cerqueira César	5,1	0.764	16.276	5 Municipais e 4 Estaduais (total de 4.001 estudantes)	801
3-Fernão	5	0.748	1.457	2 Municipais e 1 Estadual (total de 326 estudantes)	124
4-Ipaussu	5,6	Não consta	12.964	6 Municipais e 2 Estaduais (total de 3.293 estudantes)	544
5-Marília	5,6	0.821	218.113	57 Municipais e 41 Estaduais (total de 49.088 estudantes)	8.118
6-Oscar Bressane	5,8	0.752	2.476	2 Municipais e 1 Estadual (total de 563 estudantes)	117
7-Ourinhos	5	0.813	98.868	43 Municipais e 13 Estaduais (total de 23.233 estudantes)	3.972
8-Piraju	5,1	0.791	28.288	20 Municipais e 7 Estaduais (total de 6.225 estudantes)	1.245

9-Promissão	4,6	0.817	34.786	16 Municipais e 11 Estaduais (total de 7.702 estudantes)	1.821
10-Santa Cruz do Rio Pardo	4,4	0.811	41.655	20 Municipais e 9 Estaduais (total de 9.236 estudantes)	1.627
11-Taquarituba	4,7	0.741	22.170	9 Municipais e 6 Estaduais (total de 5.216 estudantes)	1.155
12-Tarumã	4,6	0.775	12.302	5 Municipais e 3 Estaduais (total de 3.564 estudantes)	686

Tabela 2: Caracterização dos sistemas de ensino e gestão do pólo de Ourinhos

Segue abaixo as tabelas dos dois pólos organizadas a partir do preenchimento das fichas de inscrição (indicando cargo ou função) dos alunos concluintes do curso. As tabelas aqui representadas mantêm na íntegra as respostas dos alunos de forma a não haver deturpação dos resultados.

Campo Limpo Paulista

Município	Cargo/Função
Araçariguama	Professora/Diretora
Araçariguama	Diretor / Diretor
Bertioga	Diretora/Diretora
Bertioga	Diretora/Diretora
Bertioga	Diretora/Diretora
Bertioga	Diretor de Escola / Diretor de Escola
Bertioga	Diretora / Diretora
Bertioga	Diretora de Escola / Diretora de Escola
Cabreúva	Diretora/Diretora
Cabreúva	Vice diretora/Vice diretora
Cabreúva	Diretora/Diretora
Cabreúva	Diretora/Diretora
Cabreúva	Vice diretora/Vice diretora
Cabreúva	Diretora / Diretora
Cabreúva	Diretora / Diretora
Cabreúva	Diretor de Escola / Diretor de Escola
Cabreúva	Diretora / Diretora de Escola
Cabreúva	Diretor / Diretor
Cabreúva	Direção / Diretor de Escola
Cabreúva	Diretor / Diretor

Campo Limpo Paulista	Professor/Diretor
Campo Limpo Paulista	Diretora/Diretora
Campo Limpo Paulista	Professor / Vice-diretor
Itapeva	Diretora/Diretora
Itapeva	Diretor/Diretor
Itapeva	Diretor / Diretor
Joanópolis	Diretora/Diretora
Pedra Bela	Diretora/Diretora
Pedra Bela	Diretora/Diretora
Socorro	Diretora / Diretora
Taboão da Serra	Professora/Diretora
Taboão da Serra	Diretora/Diretora
Taboão da Serra	Diretora/Diretora
Taboão da Serra	Diretor/Diretor
Taboão da Serra	Diretora/Diretora
Taboão da Serra	Diretora / Diretora
Taboão da Serra	Professor I / Diretor de Escola

Tabela 3: Municípios e relação de cargo e função do pólo de Campo Limpo Paulista

Pólo de Ourinhos

Município	Cargo / Função
Cândido Mota	Professora / Diretora
Cândido Mota	Professora / Diretora
Cerqueira Cesar	Professor / Diretor de Escola
Cerqueira Cesar	Professora / Vice-Diretora
Cerqueira Cesar	Professora / Diretora
Fernão	PEBI / Coordenadora – pedagógica
Ipaussu	Diretora / Diretora
Marília	Auxiliar de Direção / Diretora
Marília	Professor / Diretora Substituta
Marília	Professora / Diretora Substituta
Marília	Diretora de EMEF / Diretora de EMEF
Marília	Diretora / Diretora
Marília	Professora / Diretora
Marília	Auxiliar de Direção / Diretora
Marília	Diretora / Diretora
Marília	Diretora / Diretora
Marília	Diretora / Diretora
Marília	Diretor / Diretor
Oscar Bressane	Professora / Vice-Diretora
Ourinhos	Diretora / Diretora
Ourinhos	Professora / Diretora Unidade Escolar
Ourinhos	Diretora / Diretora
Ourinhos	Diretora / Diretora
Piraju	PB II / Diretor de Escola
Piraju	PEB II / Diretor

Piraju	Professor / Diretor de Escola
Promissão	Diretora / Diretora
Promissão	Diretora / Diretora
Santa Cruz do Rio Pardo	Professora / Diretora de Escola
Santa Cruz do Rio Pardo	Professora / Assistente de Direção
Santa Cruz do Rio Pardo	Professora / Assistente de Diretor
Taquarituba	Professora / Vice-Diretor
Taquarituba	Professor / Diretor ed Escola
Tarumã	Diretora / Diretora
Tarumã	Diretora / Diretora
Tarumã	PEBI / Vice-Diretora
Tarumã	Diretor / Diretor

Tabela 4: Municípios e relação de cargo e função do pólo de Ourinhos

Com base nas fichas de inscrição preenchidas pelos alunos do curso, pode-se afirmar que das 37 unidades escolares analisadas do pólo de Campo Limpo Paulista 25 fichas (68%) representam as escolas e, conseqüentemente, os municípios nos quais o cargo de diretor é instituído a partir da dominação legal-racional-burocrática, não sendo dessa forma seus gestores comissionados. Das 12 fichas restantes (32%), pode-se observar que há confusão em seu preenchimento, pois no município de Araçariguama há duas unidades escolares concluintes do curso e em uma das fichas está preenchida que o aluno tem o cargo de professor e a função de diretor, enquanto que na outra ficha está preenchida que o aluno tem o cargo e a função de diretor. O mesmo ocorre com os municípios de Campo Limpo Paulista e Taboão da Serra. Das 3 fichas referentes ao primeiro município, 2 estão preenchidas que os alunos têm o cargo de professor e a função de diretor e vice-diretor escolar, enquanto que a outra ficha mostra que o gestor tem o cargo e a função de diretor. Das 7 fichas de Taboão da Serra, 5 apontam que os gestores têm o cargo e a função de diretor, e as duas fichas restantes indicam que esses gestores têm o cargo de professor e a função de diretor. Dessa forma, não podemos concluir se esses três municípios são administrados segundo um padrão legal-racional-burocrático ou de acordo com práticas patrimonialistas, porém podemos dizer que há uma confusão conceitual entre os termos “cargo” e “função”.

A análise feita no pólo de Ourinhos não difere muito quanto aos resultados obtidos do outro pólo. Das 37 unidades escolares analisadas 15 (41%) são geridas por gestores comissionados e 3 (8%) por gestores concursados. As 19 (51%) fichas referentes aos municípios de Marília, Ourinhos e Tarumã apresentam preenchimento confuso. Das 11 fichas de Marília 6 indicam que o gestor tem cargo e função de diretor, 2 mostram que os gestores têm cargo de auxiliar de direção e a função de diretor e 3 apontam que os alunos têm cargo de professor e função de diretor. Das 4 fichas de Ourinhos, 3 foram preenchidas que os gestores têm cargo e função de diretor e apenas 1 ficha foi preenchida apontando que o gestor tem o cargo de professor e a função de diretor. Nas 4 fichas de Tumarã pode-se observar que 3 foram preenchidas que os alunos do curso têm o cargo e a função de diretor e 1 ficha aponta que o aluno tem o cargo de

professor e a função de diretor. Nesses municípios também não podemos definir a forma de administração desses gestores, em vista que podemos perceber uma clara confusão entre os termos *cargo e função* por parte de alguns alunos.

Comparando os resultados dos dois pólos, pode-se dizer que 68% dos gestores do pólo de Campo Limpo Paulista são concursados enquanto que no pólo de Ourinhos apenas 8% das unidades escolares são administradas por gestores concursados. Quanto aos cargos comissionados, 41% das escolas analisadas são administradas por gestores comissionados no pólo de Ourinhos e no pólo de Campo Limpo Paulista não se pode fazer nenhuma referência a esse aspecto a partir da análise das fichas, pois devido ao alto índice de fichas com preenchimento confuso (32%) desse pólo não se pode tirar nenhuma conclusão a respeito. No pólo de Ourinhos também encontramos muitas fichas com preenchimento duvidoso, representando um total de 51% das fichas preenchidas, o que não nos possibilita finalizar nada a esse respeito.

Vale destacar que esses preenchimentos confusos/duvidosos se fizeram muito presentes nesse resultado, o que pode ter prejudicado a análise fidedigna da realidade dos municípios. Porém, com o objetivo de manter na íntegra os dados coletados, a análise permanece de acordo com o preenchimento das fichas e sem possíveis deduções.

Pode-se então dizer que das 74 unidades escolares analisadas 28 (38%) são dirigidas por gestores concursados, 15 (20%) são conduzidas por gestores comissionados enquanto que a grande maioria das fichas, 31 (42%), apresentou preenchimento confuso e duvidoso dificultando assim qualquer definição a seu respeito. A partir desses resultados podemos afirmar que 38% das escolas estudadas são permeadas pelo padrão legal-racional-burocrático, garantindo assim que os gestores educacionais sejam profissionais especializados e concursados, sem dessa forma ficar “devendo” favores para políticos.

É notável também que alguns municípios, 20%, não atendem ao critério da impessoalidade para “decidir” quem serão seus gestores educacionais, em vista que são políticas administradas pela dominação tradicional-patrimonial, a qual é permeada por laços afetivos e pessoais, preferindo assim o preenchimento de cargo por meio de funções comissionadas – indicação pessoal- do que por concurso público. Essa prática garante que os cargos se tornem funções que serão preenchidas não de acordo com o mérito ou competência, mas pela escolha de favoritos ou por indicação de correligionários ou aliados. A relação estabelecida não é profissional e sim de laços de fidelidade e/ou gratidão para aquele que lhe deu oportunidade, garantindo assim o atendimento de seus interesses pessoais, já que esses servidores públicos deverão em algum momento retribuir o favor que lhe foi prestado (PICOLLI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da bibliografia para o desenvolvimento deste trabalho e dos dados coletados sobre a condição dos gestores educacionais municipais, devemos refletir se a municipalização do ensino garantiu o exercício da gestão democrática no cotidiano escolar e na gestão pública do ensino. Podemos observar que o processo de municipalização do ensino no

estado de São Paulo não destituiu as práticas patrimonialistas já tão enraizadas na sociedade e instituições brasileiras.

Os dados obtidos permitiram constatar que as práticas patrimonialistas presentes nos municípios estão solidificadas no Brasil desde a sua formação como Estado, pois essas práticas burocráticas patrimoniais são herança da própria construção do Estado português.

Tais práticas acabaram por se propagar no campo da educação com o processo de municipalização do ensino fundamental, já que enquanto encargo do governo estadual era necessário a admissão de seus servidores por meio de concursos públicos, mantendo assim o padrão legal- racional- burocrático. Porém, com a municipalização o sistema educacional em alguns municípios acaba por ser submetido ao padrão tradicional patrimonial perpetuando os laços de afetividade, confiança e pessoalidade entre os personagens político e o gratificado; e desprezando o conhecimento e a formação profissional para o provimento dos cargos públicos na área da educação. É então observável que há uma “confusão” entre os interesses públicos e os privados, havendo então uma interferência dos interesses privados na esfera pública.

Assim como as demais instituições sociais brasileiras, as da educação também estão submetidas aos provenientes das normas burocráticas e legais às normas originárias das redes de relações pessoais e aos recursos sociais que estas redes mobilizam e distribuem, como observou Damatta (1997). Além de que os cargos de administração da área da educação podem instituir uma teia de relações que permitem garantir grande prestígio social.

A educação e o funcionamento das unidades escolares podem ser comprometidos e postos em riscos pela ausência de uma forma de provimento de cargos institucionalizados que acarretarão em perda da autonomia e liberdade de gestão.

A ausência de quadros estabelecidos e de formas institucionalizadas impede que seja estabelecida uma clara hierarquia de autoridades com jurisdições perfeitamente definidas e responsabilidades determinadas. Da mesma forma fica comprometida a separação do público e do privado e os gestores acabam por fazer uso dos recursos públicos para seu próprio benefício político como forma de troca em posições de prestígio. Porém os cargos não podem ser considerados propriedade pessoal dos dirigentes mais elevados e não podem fazer uso destes cargos para obter prestígio ou ampliar sua rede de relações de poder.

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, R. S.; RISCAL, S. A. **Caracterização do sistema de ensino e gestão da educação no município de São Carlos**. In: XXIV Simpósio Brasileiro/ III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, Vitória, ES, 2009, Cad. 8.
- CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**. Ed. Relume-Dumará, RJ, 1996.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Ed. Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do patronato político brasileiro**. 10ª Ed. São Paulo: Ed. Globo/ Publifolha, vol I e II, 2000.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2a.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1976.

PICCOLI, D. F. **Formas de Seleção de Supervisor e Diretor de Escola Municipal**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Fundamentos da Educação. Universidade Federal de São Carlos. 2008.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola Pública no Brasil: Um estudo sobre diretores escolares e sobre aspectos da Gestão Democrática**, – UFPR – Trabalho apresentado no GT-5 na 30ª Reunião Anual da Anped.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México, Fondo de Cultura Económica.: 1992

<http://mapas.mec.gov.br/> (acessado no dia 04/07/2009; 00:03 – 00:10) [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) (acessado no dia 04/07/2009; 00:11 – 00:42)